Apresentação

A evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho metropolitano, desde a última edição deste boletim, refletiu de forma bastante clara as transformações havidas no panorama macroeconômico, confirmando a reversão das expectativas favoráveis que o ano passado e os primeiros meses de 2001 haviam estimulado. Essa mudança, contudo, não chegou a provocar uma deterioração pronunciada do nível de ocupação e da taxa de desemprego, significando, antes, que as perspectivas de melhoria, cuja concretização se mostrava como altamente provável, dada a trajetória anterior, acabaram por não se efetivar.

Com a ocupação mantendo-se praticamente estável nos últimos meses, a fato de a taxa de desemprego não ter experimentado um crescimento mais acentuado deve-se a uma retração da oferta de trabalho, expressa no crescimento do número de pessoas inativas e na conseqüente queda da taxa de participação. Tal comportamento da oferta, contudo, deixa aberto um caminho para a elevação da taxa de desemprego (já esboçado em outubro), se o atual baixo nível da taxa de participação não permitir a continuidade desse seu papel amortecedor, considerando-se a hipótese de não haver uma retomada da ocupação. No sentido inverso, não está descartada a possibilidade de que uma retomada venha efetivamente a acontecer, se considerarmos o horizonte macroeconômico mais promissor que se apresenta neste final de ano, a despeito de esta não ser, em termos sazonais, uma característica usual do mercado de trabalho.

O nível de ocupação talvez seja a primeira preocupação — para algumas pessoas, esse lugar é ocupado pelo seu indicador correlato, a taxa de desemprego — daqueles que se dedicam ao acompanhamento e ao estudo das questões do mundo do trabalho. Contudo, deve-se ter bem claro de que ela faz parte de um conjunto maior de direitos que toda sociedade deve proporcionar a seus integrantes, a fim de que sejam garantidas as condições mínimas necessárias a uma vida com dignidade. Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem elaborando a noção de trabalho decente, para que ela se torne, ao mesmo tempo, uma expressão sucinta desse conjunto de requerimentos e uma bandeira de luta por um mundo melhor, tendo sido este o tema principal da 89ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada no mês de junho, em Genebra.

Para ampliar essa discussão entre nós, o presente número do boletim convidou algumas pessoas — que se têm destacado no esforço em direção à conquista do trabalho decente para todos — a contribuir para o debate a respeito de como podemos tornar realidade o que hoje ainda é uma bandeira. As contribuições de João Antônio Felício, da CUT, Antonio Carlos Mesdes Gomes, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e do Sinduscon-RJ, e André Urani, da IE/UFRJ e do Iets, aportadas a partir de diferentes inserções e perspectivas sociais, mostram como a questão é pluridimensional e como os diversos ângulos sob os quais é vista permitem a busca de caminhos comuns, a despeito dessas mesmas diferenças.

As notas técnicas deste número tratam de aspectos do mercado de trabalho que também são centrais para a tarefa de redução do déficit de trabalho decente. Na primeira delas, Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça, Priscila Deliberalli e Mônica Bahia apresentam os números que retratam as diferentes dimensões daquela que é uma das principais questões hoje colocadas nessa agenda: a exploração do trabalho infantil. Na outra nota, Ana Amélia Camarano, Maria Tereza Pasinato, Marcela Rocha Arruda e Nicolas Emilio Lovisolo fazem um mapeamento do jovem no mercado de trabalho brasileiro, um dos primeiros resultados de uma pesquisa mais ampla que está atualmente em andamento no IPEA.